



PARECER JURÍDICO Nº 90017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90017/2026

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: Análise jurídica de Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

EMENTA: Análise jurídica de edital de pregão eletrônico. Contratação de serviços de manutenção de relógios ponto e licenciamento de software. Modalidade Pregão Eletrônico. Critério de julgamento menor preço por lote. Fundamentação na Lei nº 14.133/2021. Exigências de habilitação e julgamento em conformidade com a legislação. Viabilidade da contratação.

I. RELATÓRIO

A presente análise jurídica decorre da solicitação de manifestação sobre o Edital de Pregão Eletrônico n. 90017/2026, Processo n. 17/2026, da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos. A finalidade é verificar a conformidade do instrumento convocatório e seus anexos com a legislação aplicável às licitações e contratos administrativos.

O objeto da licitação consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM RELÓGIO PONTO. INCLUI-SE O FORNECIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS. ABRANGE TAMBÉM O DIREITO DE USO DO SISTEMA DE REGISTRO E APURAÇÃO DE PONTO ELETRÔNICO DA MARCA SECULLUM, MODELO SECULLUM OFF-LINE, COM INTEGRAÇÃO À FOLHA DE PAGAMENTO, LICENÇA PARA ATÉ 400 (QUATROCENTOS) FUNCIONÁRIOS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA. O OBJETIVO É ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.**



A modalidade de licitação adotada é o Pregão Eletrônico, com modo de disputa "aberto" e critério de julgamento de "menor preço por Lote/Grupo". A legislação base para o certame é a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar n. 147, de 07 de agosto de 2014, e os Decretos Municipais n. 69/2023, 72/2023, 73/2023, 227/2023 e 228/2023.

Os documentos submetidos à análise foram o Edital de Pregão Eletrônico n. 90017/2026, o Termo de Referência (Anexo I) e o Estudo Técnico Preliminar (Anexo I.B).

O Edital prevê que a licitação será realizada em lote único, e a contratação se dará por meio de Registro de Preços, com prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 (dez) anos. O objeto caracteriza-se como serviço comum e de fornecimento continuado. Também há previsão de preferência para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, em conformidade com a legislação.

II. ANÁLISE PRELIMINAR DO EDITAL E SEUS ANEXOS

O Edital estabelece diretrizes claras para a comunicação entre os interessados e o Setor de Licitações, determinando que toda comunicação deve ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com. Além disso, as informações sobre alterações, republicações, reaberturas de sessões e prazos recursais serão divulgadas nos canais oficiais, como o DOM/SC, Compras GOV e o site da Prefeitura, na seção de Licitações. Não serão prestadas informações por telefone ou outros meios eletrônicos.

Para participação no pregão, os interessados devem estar previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Portal de Compras do Governo Federal (Compras GOV). O Edital ressalta a responsabilidade exclusiva do licitante pelo uso da senha de acesso e pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais.

O Edital elenca, ainda, uma série de vedações à participação, alinhadas ao artigo 9º da Lei n. 14.133/2021. São impedidos de participar, entre outros, o autor do projeto básico ou executivo, empresas sancionadas, aqueles com vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão



contratante ou agentes públicos envolvidos na licitação, e empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si.

Os prazos para impugnações e pedidos de esclarecimentos são de 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, com respostas a serem proferidas em até 3 (três) dias úteis, limitados ao último dia útil antes do certame. As respostas serão vinculantes e disponibilizadas nos sítios eletrônicos oficiais.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) justificam a contratação pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento dos relógios ponto da Secretaria Municipal de Saúde, que são essenciais para o controle de frequência e jornada de trabalho dos servidores. A manutenção preventiva e corretiva, juntamente com o fornecimento de peças, é indispensável devido ao uso contínuo dos equipamentos.

A contratação do direito de uso do sistema Secullum Off-line é justificada pela sua utilização preexistente na Secretaria de Saúde, concentrando histórico de registros, parametrizações e dados essenciais à gestão de recursos humanos. A substituição por outro sistema acarretaria riscos de perda de informações, inconsistências, retrabalho e custos adicionais, comprometendo a eficiência administrativa e a segurança jurídica.

O ETP analisou três alternativas para suprir a necessidade: (1) substituição de todos os relógios ponto com aquisição de novos equipamentos e software; (2) contratação de empresa especializada para manutenção dos equipamentos existentes e continuidade do software já implantado; e (3) manutenção por servidor do quadro do Município, com contratação ou aquisição de software específico. A Alternativa 2 foi a escolhida como a mais vantajosa, por preservar o histórico de dados, evitar inconsistências e custos com migração, além de considerar a ausência de servidores com qualificação técnica específica no quadro do Município.

A opção pelo lote único para o objeto da licitação é justificada no ETP com o intuito de garantir a responsabilidade integral de uma única empresa pela solução ofertada, o que assegura maior eficiência na execução dos serviços e na gestão contratual. Busca-se reduzir riscos de incompatibilidade entre equipamentos, sistemas



e suporte técnico, além de facilitar a identificação e responsabilização em caso de falhas.

Em conformidade com a Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto n. 10.240/2020, o Termo de Referência estabelece requisitos de sustentabilidade, como a instalação de lixeiras para materiais recicláveis e a implementação de sistema de logística reversa para peças e equipamentos eletroeletrônicos.

A não exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, é expressamente mencionada no Termo de Referência, com as razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

IV. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O pregão eletrônico adotará a fase de habilitação após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes encaminharão, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e os documentos de habilitação até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Serão exigidas declarações do licitante em campo próprio do sistema, atestando: conhecimento e concordância com as condições do edital e anexos, inclusão de todos os custos trabalhistas na proposta, não emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprego de menor de 16 anos (salvo aprendiz), inexistência de trabalho degradante ou forçado, e cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social. Para cooperativas, será exigida a declaração de cumprimento do artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, e para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a declaração de cumprimento do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

O critério de desempate seguirá a ordem prevista no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, incluindo disputa final, avaliação de desempenho contratual prévio, ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho e programa de integridade. Em persistindo o empate, haverá preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no território do Estado, empresas brasileiras,



empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País, e empresas que comprovem mitigação ambiental.

A fase de julgamento prevê a desclassificação de propostas com vícios insanáveis, em desacordo com especificações técnicas, com preços inexequíveis ou acima do preço máximo. É considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% do orçado pela Administração, o que demandará diligência do pregoeiro. Erros no preenchimento da planilha não serão motivo de desclassificação se passíveis de ajuste sem alteração da substância da proposta ou majoração do preço.

Para a habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, o Termo de Referência detalha os documentos necessários para pessoa física, empresário individual, MEI, sociedade empresária (incluindo estrangeira), sociedade simples, filial e sociedade cooperativa. A documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, com a ressalva de que a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente para fins de contratação.

A qualificação técnica será comprovada por meio de declaração de conhecimento das condições locais e atestados de capacidade técnica para fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para cooperativas, há exigências complementares específicas relativas à relação de cooperados, DRSCI, capital social e documentos de regularidade jurídica.

O Edital também prevê as infrações administrativas e as sanções aplicáveis, como advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, com fulcro na Lei n. 14.133/2021. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos administrativos e pedidos de reconsideração estão detalhados no instrumento convocatório.

V. CUSTOS ESTIMADOS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O custo estimado total da contratação é de R\$ 68.733,40 (sessenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos), conforme detalhado no Termo de Referência.



Considerando que a contratação se dará por meio de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com o artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei n. 14.133/2021 e as informações do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. O Estudo Técnico Preliminar confirma que a contratação está prevista no plano plurianual.

VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Termo de Referência detalha as condições de execução do objeto, prevendo aquisição parcelada e garantia contratual dos serviços de, no mínimo, 06 (seis) meses, sem prejuízo da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

As disposições sobre a gestão e fiscalização do contrato estão em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 228/2023. São definidas as responsabilidades do fiscal do contrato e do gestor do contrato, incluindo o acompanhamento da execução, o registro de ocorrências, a emissão de notificações para correção e a comunicação de irregularidades.

Os critérios de medição e pagamento preveem que o Contratado apresentará medição prévia dos serviços executados, com recebimento provisório e definitivo. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observadas as retenções tributárias.

VII. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante da análise do Edital de Pregão Eletrônico n. 90017/2026 e seus anexos (Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar), verifica-se que o processo licitatório está, em regra, devidamente instruído e em conformidade com as normas pertinentes, especialmente a Lei n. 14.133/2021 e a legislação municipal correlata.

Os documentos apresentam clareza quanto ao objeto, justificativa, condições de participação, critérios de julgamento, exigências de habilitação e procedimentos para gestão contratual, demonstrando a devida fundamentação e planejamento da contratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FOLHA
Nº _____

Assim, salvo eventuais alterações ou impugnações que possam surgir durante o trâmite do certame e que demandem nova análise, o processo licitatório pode ter prosseguimento.

É o parecer.

Governador Celso Ramos, 10 de março de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653